



Dialogando com o livro didático de Geografia: análise do discurso sobre a questão agrária em obras do ensino médio

Maria Aline Silva *

Alexandra Maria de Oliveira**

Resumo: A pesquisa analisa os discursos, sobre a questão agrária, veiculados em livros didáticos de Geografia do Ensino Médio. A metodologia utilizada baseia-se em levantamentos bibliográficos sobre o tema e no estudo das obras selecionadas pelo viés da análise do discurso, de acordo com Foucault (1997). As obras foram escolhidas entre as mais vendidas no ano de 2010, segundo a ABRELIVROS (Associação Brasileira de Livros), e são as mais adotadas em escolas públicas de Fortaleza-CE. Com a pesquisa constatou-se que o discurso sobre Questão Agrária no livro didático de Geografia aproxima-se do discurso capitalista, que defende o agronegócio como forma de desenvolvimento no campo, negando, na maioria dos casos, a importância da agricultura familiar e do campesinato.

* Licenciada em Geografia e mestranda em Geografia na Universidade Federal do Ceará (UFC).

**Professora Doutora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Dialoguing with Geography textbook: analysis of speech about agrarian question in the high school books

Abstract: The research examines the speeches about the agrarian question in textbooks of secondary school geography. The methodology was based on literature surveys on the subject and in the analysis of selected works by discourse analysis, according to Foucault (1997). The works were chosen among the most sold in 2010, according to ABRELIVROS (Brazilian Association Books) and are adopted in most public schools in Fortaleza-Ce. Through research it was found that the discourses on Agrarian Question in Geography textbook is in tune with the speech of agribusiness, denying, in most cases, the importance of family farming and the peasantry.

Palavras-chave:

Livro didático, questão agrária, ideologias.

Key-Words:

Textbooks, agrarian question, ideologies.

Introdução

Discutir o livro didático significa refletir sobre um dos mais importantes meios de ensino-aprendizagem. Atualmente, embora o professor disponha de vários instrumentos para enriquecer suas aulas, o livro didático continua sendo o principal material pedagógico na escola pública. É imprescindível reconhecê-lo como um instrumento que carrega em si os objetivos, as influências e as visões de mundo próprias de seus autores e de quem o adota. É fundamental, portanto, que o professor saiba identificar quais livros didáticos possuem informações em quantidade e qualidade suficientes, para que haja eficácia do ensino de Geografia. Tal eficácia é comprovada quando o aluno tem a capacidade de pensar geograficamente sobre as complexas relações sociais que se materializam no espaço.

Dessa forma, a análise dos discursos contidos nos livros didáticos é essencial para se compreender como as ideologias que perpassam o ensino de Geografia influenciam a construção dos conceitos que balizam o entendimento de importantes questões da vida social do país.

Nesta pesquisa, optou-se por referenciar a questão agrária trabalhada por autores que desenvolveram importantes contribuições para se pensar o campesinato brasileiro, entre eles Martins (1981) e Oliveira (1990). Nessa leitura, a questão agrária aparece como um dos mais relevantes assuntos do ponto de vista político, econômico e social, e, infelizmente, menos destacados nos livros didáticos. Acredita-se ser esse um tema-chave no ensino de Geografia, pois a partir dele podem ser discutidos vários conceitos básicos como segurança alimentar, conflitos no campo, reforma agrária, êxodo rural, crescimento desordenado nas cidades, favelização, desemprego, problemas ambientais, entre outros.

Não é pretensão deste trabalho classificar livros didáticos como satisfatórios ou não. A proposição é investigar as seguintes questões: como os autores trabalham a questão agrária em suas obras; quais correntes teórico-metodológicas e conceitos geográficos são utilizados na abordagem do tema; qual a imagem de campo transmitida ao educando pelos livros didáticos de Geografia; quais os temas prioritários ao tratar do “agro” brasileiro; se as questões agrárias da região Nordeste e do Ceará são contempladas nas obras; como o material analisado contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico por parte do aluno.

A metodologia utilizada baseia-se em levantamentos bibliográficos sobre o tema e no estudo das obras selecionadas pelo viés da análise do discurso, de acordo com Foucault (1997). As obras foram escolhidas entre as mais vendidas no ano de 2010, segundo a ABRELIVROS (Associação Brasileira de Livros) e são as mais adotadas em escolas públicas de Fortaleza-CE.

De acordo com esses critérios, o presente estudo refere-se à análise dos seguintes livros didáticos: Geografia Geral e do Brasil, dos autores Ivan Lazzari Mendes e James Onnig Tamdjian, da editora FTD; Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e Globalização, dos autores João Carlos Moreira e Eustáquio Sene, da editora Scipione; e por fim, Geografia para o Ensino Médio, do autor Demetrio Magnoli, da editora Atual.

Foi analisado nos livros os itens: o texto escrito, o uso de imagens, gráficos, quadros, tabelas, os mapas; a organização do conteúdo; a ênfase dada a questões “polêmicas” como reforma agrária e movimentos sociais. Com isso, buscou-se compreender como os autores articulam os demais conteúdos ao tema em questão.

Livro didático e ideologia – breve discussão

O livro didático foi visto por muito tempo como um material pedagógico cujo objetivo único seria mediar o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando o acesso ao conhecimento e à cultura, de acordo com a idade específica de cada público-alvo.

Assim, o livro não sofreu críticas expressivas até a década de 1970, momento em que houve maior democratização do acesso a esse instrumento. Nesse período o autor Humberto Eco, em parceria com Mariza Bonazzi, escreve o ensaio *Mentiras que parecem verdades*, em 1972, lançando sementes de grandes reflexões sobre o tema em todo o mundo. Nesse trabalho, publicado no Brasil em 1980, Eco e Bonazzi, desmistificam o livro didático produzido na Itália para o ensino das séries iniciais, desmascarando ideologias que desde cedo são inculcadas nas crianças. De acordo com os autores:

[...] os livros de leitura contam mentiras, educam os jovens para uma falsa realidade, enchem sua cabeça com lugares- comuns, com coisas chãs, com atitudes não críticas. E, o que é pior, cumprem este trabalho de mistificação servindo-se dos mais reles clichês da pedagogia repressiva do século passado, por preguiça ou incapacidade de seus compiladores (ECO; BONAZZI, 1980. p. 16).

No Brasil, vários pesquisadores têm se dedicado ao tema, destacando-se pelo pioneirismo a professora Ana Lúcia Goulart de Faria, que defendeu em 1970 sua dissertação de mestrado, cujo título foi *Ideologia no livro didático*, a qual foi posteriormente publicada em forma de livro. No trabalho, a autora afirma ser a escola, e mais especificamente o livro didático, instrumento de dominação da classe burguesa para a reprodução da sociedade capitalista.

Discordando parcialmente de Faria, Vesentini (2008, p.16) afirma que “[...] a escola não é apenas uma instituição indispensável para a reprodução do sistema. Ela é também um instrumento de libertação.” Assim, acredita-se que superando os problemas inerentes ao sistema educacional, entre eles a questão do livro didático, é possível romper com a ideologia da classe dominante.

O termo ideologia é polissêmico, porém optou-se nesse trabalho pela definição marxista:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas e regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer (CHAUÍ, 1986, p. 113-114).

Considerando tal conceito de ideologia, Nosella defende em sua obra *As belas mentiras*, em 1981, que o livro didático é um dos principais veículos da ideologia dominante na Escola, a qual é por excelência um aparelho ideológico do Estado. Dentre as várias belas mentiras que autora desmistifica, destacamos a romantização da vida campesina e a relação harmônica que o campo estabeleceria com a cidade.

De acordo com Nosella (1981), nos livros didáticos “[...] o homem do campo é feliz com sua idílica vida campestre em contato com a natureza, não apresentando nenhuma espécie de problemas concretos mais sérios [...] (1981, p. 115)”.

Nessa perspectiva, analisar discursos significa adentrar o âmbito intelectual, social e, por que não dizer, ideológico do autor. Não se trata de buscar interpretações sobre o que não está escrito, mas de identificar as intenções e influências presentes no texto.

Assim, a análise do discurso presente nos livros didáticos de Geografia sobre a questão agrária contribui para um maior esclarecimento dessas e de outras “belas mentiras”. Como bem lembra Foucault (1986):

Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (p.56).

Ou seja, de acordo com Foucault é preciso compreender não somente os signos,

mas a reação que o texto pode causar no leitor. Tonini (2002, p. 28), citando Foucault, ressalta que “[...] o discurso tem o efeito de fazer com que a realidade se torne o que ele diz que ela é ou deveria ser”.

Por isso questionar as ideologias presentes nos livros didáticos é, sobretudo, questionar o papel do ensino de Geografia. Porém, para tanto é preciso pensar toda a conjuntura política que envolve a questão do livro didático.

A política de livros didáticos no Brasil passou por diversas modificações até chegar à que se tem hoje. Atualmente, a produção didática baseia-se, principalmente, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e nas diretrizes do Programa Nacional do Livro de Didático (PNLD).

Os PCN de Geografia, embora tenham indiscutivelmente contribuído para orientar o trabalho docente, receberam várias críticas pela abordagem teórico-metodológica e pelo fato de não contarem com a participação dos professores da educação básica e nem de órgãos regionais de educação, sendo instituídos de “cima para baixo”.

Nesse contexto, Callai (2001) destaca a importância de reconhecer as limitações dos documentos oficiais que são pensados em nível nacional. Para a autora, tais documentos são “[...] instrumento(s) de poder e como tal (is) funciona(m) ideologicamente no sentido de se perceber/reconhecer apenas os problemas mais gerais, sem considerar a realidade concreta em que vivem os alunos e mesmo os professores. (p. 135)”

Considerando válidos os argumentos da autora, fica claro que a generalização dos conteúdos empobrece o ensino. Cabe, portanto, ao professor romper com tal lógica e posicionar-se de maneira crítica perante os documentos norteadores da prática docente e dos materiais didáticos de que dispõe, para que ele tenha o domínio do papel desempenhado pela ciência que leciona. Ainda de acordo com a mesma autora:

Se em determinado momento a Geografia serviu para enaltecer o nacionalismo patriótico brasileiro (e hoje nós podemos examiná-lo assim), atualmente a maioria dos professores não consegue perceber a qual interesse está ligada a forma de estruturação do conhecimento veiculado nas aulas, nos livros, nos textos utilizados. E tem sido um conhecimento estruturado de tal forma que não permite que se conheça realmente a realidade que é estudada (op cit., p. 139).

Cada vez mais, fica claro que não existe neutralidade na Ciência e muito menos nos discursos que a aproxima do mundo da escola. Pois, o conhecimento presente nas salas de aula, através dos livros didáticos, principalmente, é selecionado previamente por pessoas alheias ao processo educativo local, contribuindo para que ideologias de uma classe dominante atinjam um universo cada vez maior e mais distante dessa classe social.

Por isso, urge que a análise sobre os discursos contidos nas obras didáticas seja prática cotidiana dos professores, pois esse material pedagógico possui também caráter político e cultural. Nesse caso, elementos como a seleção dos conteúdos, das imagens e estatísticas apresentadas, bem como a opção por discutir ou não temas mais “polêmicos” são fundamentais para a formação de opinião pelos alunos.

Diante disso, é preciso que os agentes do processo educativo estejam com os olhos bem abertos para todos os detalhes que direta ou indiretamente “boicotam” a concretização do objetivo maior da Educação, que é ajudar o aluno a se perceber como parte de uma coletividade, na qual valores como respeito, solidariedade e justiça são fundamentais para a vida em sociedade.

A importância do estudo da questão agrária no ensino de Geografia

A relevância do tema abordado neste trabalho reside no fato de ele ser uma questão social e política que tem suas origens no início do processo de constituição do Estado brasileiro e se arrasta até hoje, imprimindo no espaço as contradições do modo capitalista de produção. Octavio Ianni, em 1984, no prefácio de sua obra *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*, escreve que:

É possível dizer que todos os momentos mais notáveis da história da sociedade brasileira estão influenciados pela questão agrária. As rupturas políticas das últimas décadas, quando o Brasil já é um país bastante urbanizado e industrializado, também revelam essa influência. A questão agrária está presente na transição da Monarquia à República, do Estado oligárquico ao populista, do populista ao militar, na crise da ditadura militar e nos movimentos e partidos que estão lutando pela construção de outras formas de Estado. Há muito campo nessa história (p. 7).

A questão agrária extrapola, pois, as porteiras do campo e se espacializa também na cidade. Os problemas agrários que foram e são ignorados pelos governos ao longo do tempo podem ser sentidos por todos os cidadãos, uma vez que estão refletidos, por exemplo, nos preços dos alimentos, no êxodo rural, nas altas taxas de desemprego e subemprego, entre outros.

Dessa forma, não se trata apenas de discutir a questão agrária como um problema pontual, mas de vê-la como um todo, com todas as implicações dela decorrentes. Como o papel da Geografia Escolar é capacitar o discente para o exercício pleno da cidadania, é necessário formar o aluno para que ele possa operar os diversos conceitos geográficos, a fim de compreender as relações sociais e de poder que se materializam no espaço e assim construir uma leitura crítica da realidade em que vive.

O estudo da realidade social brasileira passa inevitavelmente pela discussão sobre a formação espacial do país; para tanto, é preciso conhecer os processos históricos que propiciaram as dinâmicas social, política e econômica da atualidade.

A abordagem da questão agrária na geografia escolar é imprescindível, uma vez que grande parte dos problemas sociais brasileiros remonta ao processo de colonização, o qual trouxe consigo um dos maiores dilemas atuais: a concentração fundiária agravada pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. A respeito disso Thomas Junior (2005, p. 209) afirma que

[...] a questão agrária no Brasil tem na estrutura fundiária, ou mais precisamente na concentração da propriedade da terra, o resultado das desigualdades geradas pelo sistema social do capital, sendo, pois, esse um dos principais entraves para o avançamento da luta pela terra e da reforma agrária.

O Censo Agropecuário de 2006 traz alguns dados importantes para a compreensão da importância do campesinato, como classe social e sua reprodução na sociedade moderna. Segundo o IBGE (2006), embora a estrutura agrária brasileira seja caracterizada pela presença de grandes lavouras, que preenche 75,7% da área ocupada por estabelecimentos rurais, são as pequenas propriedades que se destacam em relação à produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno. No entanto, são os grandes produtores que ficam com a maior parte dos investimentos estatais sob o (falso) pretexto de serem o carro-chefe da economia do setor agrário no Brasil (OLIVEIRA, 2004). Além disso, beneficiam-se ainda da situação de subordinação do camponês, extraindo-lhe diversos tipos de renda da terra. MOURA (1986), argumentando sobre a importância do campesinato para se entender as contradições do capitalismo, nos explica que:

[...] o campesinato é sempre o polo oprimido de qualquer sociedade. Em qualquer tempo e lugar a posição do camponês é marcada pela subordinação aos donos da terra e do poder, que dele extraem diferentes tipos de renda: renda em produto, renda em trabalho, renda em dinheiro (p. 10).

As grandes empresas do agronegócio, muitas vezes, apropriam-se do trabalho camponês tanto pela compra dos produtos por valores irrisórios para beneficiamento na indústria, como por meio do trabalho assalariado e também pela venda de insumos para a produção agrícola.

Ainda de acordo com Oliveira (1990) é no processo de produção de tipos de renda que o campesinato participa da engrenagem capitalista, embora resista a essa lógica através dos movimentos sociais de luta pela terra. A compreensão dessa lógica e dos processos dela decorrentes é a base para que se tenha uma postura crítica da sociedade em que se vive.

Dialogando com o livro didático de Geografia

Mais uma vez enfatiza-se que não é objetivo deste trabalho classificar livros didáticos como “bons” ou “ruins”, busca-se apenas dialogar com as obras a fim de desvendar o tipo de conhecimento sobre questão agrária, que está sendo didatizado na escola.

As obras selecionadas para análise neste estudo serão chamadas de A, B e C, referindo-se, respectivamente, a **Geografia Geral e do Brasil**, dos autores Ivan Lazzari Mendes e James Onnig Tamdjian, da editora FTD (2005); **Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e Globalização**, dos autores João Carlos Moreira e Eustáquio Sene, da editora Scipione (2008); e por fim, **Geografia para o Ensino Médio**, do autor Demétrio Magnoli, da editora Atual (2008).

Inicialmente procurou-se olhar os capítulos referentes ao tema em questão com uma leitura exploratória a fim de identificar, através das imagens, dos títulos e subtítulos, “pistas” que nos guiassem na empreitada de desvendar o discurso presente no material analisado. Posteriormente, com um olhar analítico, nos debruçou-se sobre os livros investigando as minúcias do texto, o modo como as palavras são utilizadas, a adjetivação, os sinônimos, os verbos, enfim, os discursos dos autores.

Análise do Livro “A”

A primeira obra analisada, a que está se denominando de livro “A”, aborda a questão agrária em dois capítulos não subsequentes. Com isso, nota-se que a fragmentação do tema em dois capítulos já pode ser um problema, pois o aluno irá estudar primeiro a questão agrária no Brasil de forma descontextualizada da Questão Agrária no mundo.

Já no primeiro capítulo analisado, “Atividades Agropecuárias no Brasil”, as imagens denotam a ênfase que está sendo dada às grandes lavouras monocultoras em detrimento da agricultura camponesa. Das doze fotos que ilustram o capítulo oito retratam a agricultura empresarial como fonte de riqueza e desenvolvimento, enquanto nenhuma retrata a agricultura camponesa, um tipo de agricultura fundamental para o entendimento do semiárido brasileiro.

Outro ponto importante notado de imediato foi a clara opção em tratar preferencialmente o Sudeste, revelada pelo número de páginas dedicado a essa região (quase quatro vezes mais que a quantidade reservada para tratar a região Norte, por exemplo), pelas fotografias (todas são da região Sudeste) e pela ordem das regiões no texto.

Diante disso, é importante que o professor questione se a maneira como os autores priorizam a região Sudeste não pode parecer ao aluno que existe uma hierarquia entre as regiões do país, reafirmando a ideia preconceituosa de que o Norte e Nordeste sejam regiões subalternas.

Com a leitura do texto pode-se perceber que os autores omitem sujeitos históricos importantes na constituição do espaço agrário brasileiro como os camponeses, os índios e os negros.

Na seção intitulada “A concentração fundiária” os autores citam a Lei de Terras de 1850 como um fator importante para a manutenção da concentração de terra no Brasil, mas não esclarecem o real propósito dessa lei e as consequências dela para os ex-escravos e para a população pobre do campo e da cidade.

Para ilustrar, veja-se o único trecho do livro “A”, no qual os autores fazem referência a esse importante marco da história da Questão Agrária no Brasil: “De certa forma, a Lei de Terras de 1850 manteve essa concentração [de terra], cuidando apenas de abrir espaços para a entrada de migrantes europeus, que deveriam ocupar as terras devolutas do Sul (TAMDJIAN; MENDES, 2005, p. 168).”

Sobre a Lei de Terras, Motta (2005) esclarece que:

Ela [a Lei de Terras] procurou caracterizar o que são terras devolutas e visava ser um instrumento jurídico para discriminar as terras públicas das privadas, além de impedir o acesso à terra devoluta, a não ser via compra. São inúmeros os estudos que caracterizam a Lei de Terras como um marco no processo de transição do trabalho escravo para o livre (p. 279).

Sobre a mesma questão Martins vai além ao afirmar que “[...] num regime de terras livres, o trabalho tinha de ser cativo, num regime de trabalho livre, a terra tinha de ser cativa (1986, p.32)”. Apesar da riqueza do tema em questão os autores não aprofundam a problemática que envolve esse fato histórico no livro didático, nem sequer citam a lei de terras como instrumento de desigualdade na distribuição da propriedade da terra, nem tampouco dão ênfase à política racista de apoio à vinda dos imigrantes europeus por parte do governo brasileiro.

Em outro trecho do livro, embora citem o “Estatuto da Terra”, deixando claro que a democratização do acesso à terra não saiu do papel, os autores, ao tratar dos movimentos sociais usam algumas expressões bem sutis que deturpam o entendimento da questão agrária. Na página 171 está escrito: “*Alguns estudiosos consideram escandalosa a atual concentração fundiária brasileira* (TAMDJIAN; MENDES, *op cit*)”.

O que os autores querem dizer por “alguns”? É a minoria dos estudiosos? São poucos estudiosos? Mas, diante dos dados apresentados pelos mesmos autores cabe a seguinte pergunta: alguém discorda de que a atual concentração fundiária brasileira seja escandalosa? Sobre a diversidade de opiniões e posturas sobre a Questão Agrária, Silva (2001) escreve que:

Cada um dos interessados na questão agrária interpreta essa realidade de acordo com a posição assumida individualmente. [...] a questão agrária é um fato concreto, real, contundente, inquestionável. Ela existe com toda a carga ideológica que carrega [...] O que vai diferenciar é a maneira de encarar a questão. Particularmente para os estudiosos, ela varia segundo sua visão científica calcada numa filosofia positivista, neopositivista ou marxista (p. 65).

Ao declararem que “*Alguns estudiosos consideram escandalosa a atual concentração fundiária brasileira*”, os autores amortecem o impacto que os dados estatísticos causam ao leitor. Não se trata de uma postura diferente da nossa sobre a Questão Agrária, mas de uma sutil negação dessa questão.

Além disso, no tópico “Relações de trabalho e conflitos no campo”, ao se referir ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) os autores escrevem que

“Desde essa época [1970], por meio de marchas, invasões de grandes propriedades improdutivas e, inclusive ocupações de prédios públicos, o MST transformou-se no mais importante movimento social do país. (TAMDJIAN; MENDES, *op cit*, p.183)”.

O termo “invasão” utilizado pelos autores possui semântica pejorativa, o que contribui para perpetuar o preconceito já amplamente disseminado pela mídia hegemônica no Brasil acerca desse movimento. O MST se tornou o maior movimento social do Brasil graças ao reconhecimento obtido pela sua organização e conquistas na luta por mais justiça social. Sobre as estratégias de luta desse movimento social Medeiros (2005) argumenta que “As ocupações de terra, por um grande número de pessoas e de forma simultânea, e os acampamentos decorrentes delas apareceram como alternativa para pressionar o Estado, criando fatos políticos e atraindo a atenção da opinião pública (p. 328)”.

Assim, o que os autores chamam de “invasão” na verdade é uma forma de luta contra as injustiças pelas quais os camponeses padecem no Brasil.

No segundo capítulo analisado, denominado “O espaço agrário”, os autores tratam o tema de forma mais geral e em escala global. Inicialmente, chamaram a atenção as seguintes imagens:

Figura 1 - Imagens ilustrativas do capítulo “Os sistemas de produção agropecuários da atualidade” do Livro “A”.



Fonte: Livro “A”, (2005. p. 357). Adaptado por SILVA, M. A. (2011).

A foto que mostra os trabalhadores da lavoura de cana-de-açúcar traz como legenda: “O uso intensivo de trabalho braçal denota que o ritmo de produção da atividade é considerado lento para os moldes atuais do sistema capitalista (TAMDJIAN; MENDES, *op cit*, p. 357)”. A outra imagem, na qual aparece uma ostensiva máquina colheitadeira na lavoura, tem a seguinte descrição: “O emprego de máquinas modernas acelera o ritmo de produção e estabelece um padrão quase ‘industrial’ para a agricultura. Colher rápido significa obter lucros antes e maiores (TAMDJIAN; MENDES, *op cit*, p. 357).”

Os autores passam a ideia de que as duas imagens representam processos opostos: o tradicional e o moderno. Enquanto as grandes lavouras, que utilizam maquinário moderno, são mais viáveis economicamente, o trabalho braçal é sinal de atraso. Faltou dizer, porém, para quem vai a renda capitalizada nas grandes lavouras monocultoras e para quem trabalham os trabalhadores da cana-de-açúcar (boias-frias). Moura (1986) nos dá pistas sobre como esses processos estão relacionados:

[...] ocorre que o camponês desempenha um contraditório papel que, de um lado, expressa sua resistência em desaparecer e, de outro é resultado do próprio capitalismo que não o extingue. Este não só extrai o sobretabalho dos operários, como também o capta onde é possível (p. 19).

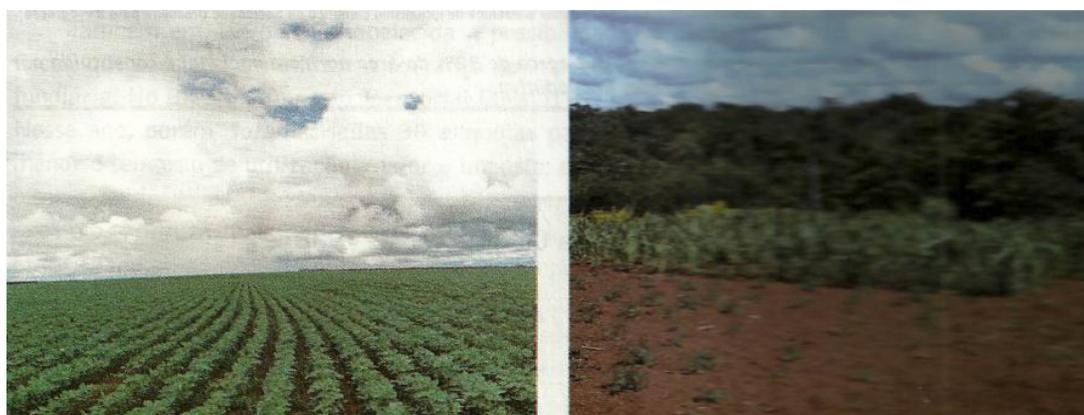
Ou seja, os autores omitem que as duas lógicas de produção convivem no mesmo espaço, pois a primeira faz parte do processo apresentado na segunda e ambas são expressão das contradições do capitalismo presente no campo brasileiro. Além disso, os autores sequer citam as péssimas condições de trabalho, desses trabalhadores assalariados, os quais, muitas vezes, chegam à morte por exaustão.

Embora, esteja claro que os autores trabalham o tema estudado pelo viés economicista, não se pode negar que os mesmos contemplam as relações de trabalho, os conflitos no campo e a importância dos movimentos sociais, ainda que de forma superficial.

Análise do Livro “B”

No livro “B” os autores assumem claramente uma orientação teórico-metodológica baseada no marxismo-histórico dialético. Ao deparar com os capítulos referentes ao estudo da questão agrária, nota-se, num primeiro momento, a constante preocupação dos autores em distinguir agricultura familiar de agricultura empresarial, como mostra a Figura 2:

Figura 2 - Imagens ilustrativas do capítulo “A agricultura brasileira” do livro “B”.



Fonte: Livro “B”, 2008. p. 539. Adaptado por SILVA, M. A. (2011).

Os autores escreveram a seguinte legenda para as imagens: “Dois exemplos contrastantes de imóveis rurais: empresa rural com cultivo de soja no Mato Grosso (2002) e pequenas propriedades com cultivo de milho para subsistência em Goiás (2004) (MOREIRA; SENE, op cit, p. 539)”. As imagens encontram-se bem contextualizadas, pois ilustram o subcapítulo “O Estatuto da Terra e a reforma agrária”, no qual os autores expõem as definições dos tipos de propriedades rurais.

Sobre as diversas concepções de campo difundidas na sociedade, Arroyo & Fernandes (1999) declaram que “[...] a cultura hegemônica trata os valores, as crenças, os saberes do campo ou de maneira romântica ou de maneira depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos” (1999. p. 29). No livro “B” é notório o empenho dos autores em desmistificar o campo como lugar “atrasado”, conforme se pode perceber na página 523, onde constam as seguintes fotografias:

Figura 3 - Imagens ilustrativas do capítulo “Atividades econômicas no espaço rural” do livro “B”.



Fonte: Livro “B”, 2008. p. 523. Adaptado por SILVA, M. A. (2011).

A primeira imagem reproduz uma área rural em 1911 e a segunda mostra uma casa da zona rural, em 2004, com antena parabólica, sinalizando a “conexão” desse espaço com o resto do mundo.

Os autores retratam o campo como um espaço com grande potencial de produção de riqueza e essencial na cadeia produtiva de um país, destacando a agricultura familiar, como se pode notar pelo seguinte trecho:

Geralmente, considera-se, de forma equivocada, que a agricultura familiar não tem condições de produzir excedentes exportáveis por causa da dimensão das propriedades. No entanto, por meio do cooperativismo, a somatória da produção de vários pequenos e médios produtores, tem sido possível aumentar sua participação no mercado mundial (MOREIRA; SENE, *op cit*, p.526).

Assim, os autores corroboram a afirmação de Oliveira (2004), quando este explica:

Os dados do IBGE, referentes ao último censo Agropecuário (1995/1996), mostram que são as pequenas unidades quem produzem a grande maioria dos produtos do campo. Esta realidade precisa ser esclarecida, pois há o mito de que quem produz no campo são os grandes proprietários (p. 31).

Embora seja discutida a importância dos complexos agroindustriais para a economia do Brasil, os autores enfatizam as contradições dos sistemas agrícolas, uma vez que:

Nas regiões onde existem os complexos agroindustriais, verifica-se uma tendência à concentração de terras: à medida que os produtores não conseguem acompanhar a elevação dos níveis de produtividade, perdem condições de concorrer no mercado e vendem suas propriedades. (MOREIRA; SENE, *op cit*, p.327)

Com isso, os autores evocam a questão da expropriação dos trabalhadores do campo, contribuindo para uma importante discussão sobre as políticas do Estado de fomento à atividade agroindustrial. Para Martins (1991), “[...] a questão agrária brasileira tem duas faces combinadas: a expropriação e a exploração. Há uma clara concentração da propriedade fundiária, mediante a qual pequenos lavradores perdem ou deixam a terra [...]” (p. 50).

Arroyo e Fernandes (1999) endossam a colocação de Martins, quando afirmam:

A modernização da agricultura capitalista, contraditoriamente, aumentou a produtividade e o desemprego. Esse fato aumentou o número de trabalhadores sem-terra, que engrossam os movimentos sociais na luta pela terra e pela reforma agrária (*op cit*, p. 56).

Dessa forma, os autores do livro “B” contribuem para difundir a urgência da reforma agrária, pois a expropriação dos camponeses é um grave problema social, que se agrava com o crescimento, apoiado pelo Estado, do agronegócio.

O livro “B”, apesar de tratar a questão agrária de forma crítica e em sob diversos âmbitos, contemplando temas como reforma agrária, industrialização no campo, transgênicos, impactos ambientais das atividades agrícolas, entre outros, deixa a desejar no que diz respeito às diferenças regionais. Os assuntos são tratados no geral, sem retratar as especificidades de cada região, o que faz com que o Nordeste e o Ceará não apareçam nas discussões.

Análise do Livro “C”

No terceiro livro analisado, aqui chamado de “C”, a questão agrária é trabalhada em dois capítulos não subsequentes. O primeiro, mais geral, é intitulado “Agricultura e segurança alimentar”; o segundo trata da questão no Brasil, e tem como título “A agricultura e a questão agrária”.

Na apresentação do livro, o autor cita as suas pretensões ao elaborar o material didático:

Geografia com drama, mas destituída de doutrinação; uma interpretação pluralista do mundo e do Brasil. Essas são as contribuições que esta obra pretende oferecer a professores criativos e estudantes cidadãos (MAGNOLI, 2008. p.03).

No primeiro capítulo analisado, o autor inicia o texto trazendo à tona a contradição existente na superprodução de alimentos, pois, apesar de o avanço das técnicas ter promovido a alta da produtividade, tal processo não foi capaz de suprir as necessidades alimentares mais básicas de boa parte da população mundial. O autor menciona essa questão da seguinte forma:

Nunca se produziu tanto alimento quanto hoje. A produção agropecuária mundial é capaz de abastecer, com folga, toda a população do planeta. Entretanto, no início do século XXI, mais de 800 milhões de pessoas experimentam a tragédia da subnutrição. (MAGNOLI, 2008. p.132)

Analisando o atual modelo agrícola Porto Gonçalves (2004) afirma que desde a década de 1970 já se percebia que “[...] o mundo passara a viver uma situação nova e ambígua: pela primeira vez na história da humanidade a quantidade de alimentos ultrapassava as necessidades da humanidade (p. 46).” O autor vai além ao escrever que “com a Revolução Verde pode-se ver que a fome não se deve à falta de alimentos e, sim, ao próprio modo como os alimentos são produzidos (*op cit*, p. 47)”.

Ao levantar a discussão sobre tal contradição o autor do livro “C” suscita a reflexão sobre o modo de produção na agricultura e sobre a hegemonia das técnicas, pontos cruciais no entendimento da atual questão agrária. Apesar disso, ele apresenta uma postura carregada de ideologia capitalista quando afirma que:

Ao mesmo tempo que libera mão-de-obra para as atividades urbano-industriais, a agricultura deve responder pela produção de uma quantidade crescente de alimentos para a população urbana. Menos pessoas produzindo no campo, mais pessoas consumindo nas cidades: isso só foi possível graças ao aumento exponencial da produtividade agrícola (MAGNOLI, *op cit*, p.133).

O autor expõe a relação campo-cidade, mediada pelo agronegócio, como sendo harmônica, uma via de mão dupla, no entanto, o aumento da produtividade agrícola patrocinado pelo agronegócio não “libera mão de obra para a indústria”, expulsa os camponeses de suas terras, os quais se obrigam a trabalhar em atividades urbano-industriais, e ainda assim não são todos que conseguem se inserir nesse mercado de trabalho. Além disso, os expropriados da terra estão sujeitos a morar em condições precárias nas cidades. Sobre o mito que cerca o agronegócio como fonte de riqueza e desenvolvimento nacional, Oliveira (2004) afirma que:

[...] [alguns estudiosos da agricultura brasileira] costumam atribuir à grande exploração o papel de destaque. A análise dos dados do valor da produção animal e vegetal do Censo agropecuário [2006] mostra exatamente o oposto, pois quem detém a maior participação na geração de renda no campo brasileiro também, são as pequenas unidades de produção com menos de 200 hectares que ficam com 56, 8% do total geral (op cit, p. 37).

Ao longo do capítulo, o autor utiliza imagens que corroboram a ideologia presente no discurso agroindustrial. São destacadas as principais áreas de cultivo e seus respectivos produtos no mundo, e, embora o autor mencione no texto a importância da agricultura familiar na produção de alimentos, esse modo de produção não é contemplado nas imagens que ilustram o capítulo, pois todas se referem à produção agrícola em larga escala, ou seja, ao agronegócio. O que pode ser constatado nas seguintes imagens:

Figura 4 - Imagem ilustrativa do capítulo “Agricultura e Segurança Alimentar” do livro “C”.



Fonte: Livro “C”, 2008. p. 136. Adaptado por SILVA, M. A. (2011)

Para essa imagem, o autor escreve a seguinte legenda: “*Colheita noturna de algodão no Texas, Estados Unidos, em 2000. Na agricultura moderna, o pôr do sol não mais assinala o início das horas de descanso*” (MAGNOLI, op cit, p. 136).

Nesse contexto, o autor poderia ter levantado os aspectos da lógica capitalista que se opõem à lógica camponesa. Para o capitalista a terra é um equivalente de mercadoria, possui valor de troca. Já para o camponês a terra é lugar de trabalho, moradia e consumo, possui valor de uso. Ou seja, o campo é o lugar da vida das pessoas e não apenas o da produção.

Na sequência do texto o autor utiliza uma segunda imagem para ilustrar a produção agropecuária, sem tecer nenhum comentário crítico a respeito, conforme apresenta a figura 5, que traz a seguinte legenda: “*Rebanho ovino em fazenda da Patagônia, Argentina, 2006. As fazendas da Patagônia são controladas por conglomerados transnacionais de setor têxtil*” (MAGNOLI, op cit, p. 134).

Figura 5 - Imagem 02 ilustrativa do capítulo “Agricultura e Segurança Alimentar” do livro “C”.



Fonte: Livro “C”, 2008. p. 136. Adaptado por SILVA, M. A. (2011).

Ao utilizar a imagem acima o autor poderia ter discutido os impactos sociais que o controle da produção agropecuária por empresas multinacionais vem causando no espaço agrário do Brasil e nos mais diversos países.

Porém, no livro “C” o autor nem ao menos comenta que esse processo de monopolização do capital no campo gera sérios problemas sociais, agravando a Questão Agrária, quando contribui para a expropriação dos camponeses, além de impactos ambientais causados por esse tipo de indústria.

Ao longo dos capítulos estudados, percebem-se outros trechos do texto que não são claros e podem gerar interpretações dúbias por parte do leitor, como o que segue:

A produção agropecuária se dirige ao mercado mundial. A pressão da concorrência impõe aos agricultores a permanente atualização técnica, que é financiada pelos bancos. Os preços dos alimentos tomam forma em bolsas mercantis, cujas cotações orientam as decisões de plantio dos agricultores [...] (MAGNOLI, op cit, p.134).

Embora no trecho anteriormente citado do livro “C” esteja revelada a atual face do campo brasileiro: agricultores integrados à economia mundial-, faltou discutir sobre a vulnerabilidade a que esses agricultores camponeses estão submetidos, sobretudo, em relação à dependência tecnológica e às oscilações de mercado. Além disso, será que se pode dizer que os pequenos produtores é que têm a produção financiada pelos bancos? São eles que tomam decisões de plantio com base nas bolsas de valores?

No contexto da discussão sobre a reestruturação produtiva induzida pelo agronegócio, Elias afirma que “reforçam-se as determinações exógenas ao lugar de produção, especialmente no tocante aos mercados cada vez mais longínquos e competitivos” (op cit, p.224).

Em outra passagem do capítulo “Agricultura e segurança alimentar” o autor justifica “o espaço dado” à agricultura familiar, pelas limitações naturais à exploração da terra que inviabilizariam a reprodução ampliada do capital, conforme se percebe pelo trecho a seguir:

o ensino de geografia de geografia no século XXI, portanto, deve ensinar, ou melhor deixar o aluno descobrir – o mundo em que vivemos, com especial atenção para a globalização e as escalas local e nacional, deve enfatizar criticamente a questão ambiental e as relações sociedade/natureza (...) deve realizar constantemente estudos do meio (...) e deve levar os educandos a interpretar textos, fotos, mapas, paisagens.

Embora no trecho anteriormente citado do livro “C” esteja revelada a atual face do campo brasileiro: agricultores integrados à economia mundial-, faltou discutir sobre a vulnerabilidade a que esses agricultores camponeses estão submetidos, sobretudo, em relação à dependência tecnológica e às oscilações de mercado. Além disso, será que se pode dizer que os pequenos produtores é que têm a produção financiada pelos bancos? São eles que tomam decisões de plantio com base nas bolsas de valores?

No contexto da discussão sobre a reestruturação produtiva induzida pelo agronegócio, Elias afirma que “reforçam-se as determinações exógenas ao lugar de produção, especialmente no tocante aos mercados cada vez mais longínquos e competitivos” (op cit, p.224).

Em outra passagem do capítulo “Agricultura e segurança alimentar” o autor justifica “o espaço dado” à agricultura familiar, pelas limitações naturais à exploração da terra que inviabilizariam a reprodução ampliada do capital, conforme se percebe pelo trecho a seguir:

Esse é motivo [condicionamentos naturais] pelo qual a produção agropecuária continua a constituir um setor econômico dominado pelos produtores familiares, ou seja, pelos agricultores e criadores que utilizam, predominantemente, a própria força de trabalho e a dos integrantes de sua família (MAGNOLI, op cit, p.135).

No entanto, entende-se que esse não é o único motivo pelo qual a agricultura camponesa convive com o agronegócio. O campesinato, na sociedade atual, é parte constitutiva do processo de desenvolvimento do capitalismo.

No outro capítulo destinado à temática da questão agrária, especificamente no Brasil, o texto de abertura traz a seguinte colocação:

A modernização agrícola, porém, foi social e espacialmente desigual. A agricultura empresarial espalhou-se pelo Brasil central e tocou as franjas da Amazônia. Uma parte dos agricultores familiares integrou-se ao agronegócio. Contudo, a pequena agricultura familiar continua imersa na pobreza e a estrutura fundiária concentradora expeliu milhões de trabalhadores sem terra para as periferias das cidades (MAGNOLI, op cit, p.259).

O trecho mostra-se muito pertinente, pois conforme Elias (2006, p. 225) “[...] a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira processa-se de forma socialmente excludente e espacialmente seletiva, mantendo intocáveis algumas estruturas sociais”.

Porém, no decorrer do mesmo capítulo o autor sugere que a única alternativa para a agricultura familiar é se integrar ao agronegócio, como se observa no trecho:

A crise da agricultura familiar não é uma crise da pequena propriedade, mas da produção rural tradicional. A tendência de fundo é o desaparecimento da distinção por tamanho: a agricultura tecnificada, em grandes ou pequenos estabelecimentos, controla parcela cada vez maior do mercado interno de alimentos. A única alternativa da agricultura familiar é acompanhar a marcha da modernização, integrando-se ao agronegócio (MAGNOLI, op cit, p.272).

Será mesmo que a única alternativa da agricultura familiar é se integrar ao agronegócio? Marcos (2006) responde que não. Para essa autora, “[...] a busca pela construção de modelos alternativos de produção no campo não é uma novidade da fase atual de desenvolvimento do capitalismo” (p 205).

Sobre outras possibilidades para a não subordinação do camponês a autora cita “[...] as práticas agrícolas seguras, nas suas mais variadas formas: orgânica, agroecológica, biodinâmica, natural, sinérgica, biológica e através da permacultura” (*op cit*, p. 213-214).

Concluindo o capítulo sobre “A agricultura e a questão agrária” o autor expõe sua concepção de reforma agrária, vejamos:

Uma reforma baseada na noção tradicional da pulverização de terras e distribuição de pequenos lotes para camponeses pobres somente geraria, em pouco tempo, novos contingentes de miseráveis no campo. A reconcentração fundiária e o êxodo rural representariam o resultado final do empreendimento. [...] A noção moderna de reforma agrária inscreve-se numa política social e econômica mais ampla. Seu ponto de partida é a reversão da prioridade histórica conferida à agricultura patronal. Seus desafios consistem em consolidar a agricultura familiar no universo das tecnologias contemporâneas e dos complexos agroindustriais (MAGNOLI, op cit, p. 272).

Embora o autor não aponte sugestões para a implantação dessa reforma, fica claro que ela não corresponde apenas ao acesso à terra, mas passa por uma série de políticas de fomento à agricultura familiar e à melhoria das condições de vida no campo.

Entretanto, discordando da afirmação de que a reforma agrária deve consolidar a agricultura familiar no universo das tecnologias e dos complexos agroindustriais, Silva defende a seguinte ideia:

Uma reforma agrária democrática não teria somente o aspecto corretivo e conciliador, o que atenderia principalmente às exigências do latifúndio e da grande empresa. Seria apenas uma pseudo-reforma capitalista, que em muito se assemelha a um processo de colonização [...] (2001, p. 71).

Diante disso, nota-se que o entendimento do autor sobre a reforma agrária afasta-se do nosso, no entanto, respeita-se as diversas opiniões. Vale, então, ressaltar a importância de o professor, que trabalha com tal livro, ter clareza sobre sua posição diante do tema, a fim de não correr o risco de ser incoerente.

A despeito das divergências de postura diante da Questão Agrária, é importante reconhecer que o autor tratou o tema analisado com coerência, sem esbarrar nos limites políticos entre as regiões e os estados. Apesar de não trazer dados específicos da região Nordeste e do Ceará, o autor também não privilegiou outras regiões, fornecendo um panorama da questão agrária em todo o território nacional.

Considerações finais

A análise proposta neste trabalho revelou que o tratamento da questão agrária nos livros didáticos apresenta-se sob diferentes enfoques e concepções teórico-metodológicas. Essas orientações passam pelo filtro do professor, tanto no momento da escolha do livro quanto na preparação das aulas, sendo ele o responsável pela reprodução, ou não, do discurso do livro Didático em sala de aula.

As principais lacunas observadas nos livros didáticos selecionados para análise referem-se, principalmente, a abordagem da questão agrária no Nordeste, pois raramente a região é referida nessas obras, uma vez que são valorizadas algumas regiões em detrimento de outras. Tal fato pode ser reflexo da concentração das principais editoras no sudeste do país, cujos autores direcionam suas reflexões a partir da realidade que lhes é próxima.

A tendência à centralização da educação imposta pelos documentos oficiais também pode resultar nesse desencontro de interesses que muitas vezes se evidencia nos livros didáticos, pois as diretrizes nacionais não consideram as especificidades fazendo com que os conteúdos pareçam algo distante do educando.

Notou-se que os livros escolhidos não esclarecem sobre o modo de vida no campo e sobre a importância de políticas públicas específicas que respeitem a cultura, o ritmo e as peculiaridades do campo.

Os temas trabalhados ao tratar o agro brasileiro são principalmente: a importância econômica das atividades agrícolas, com destaque para o agronegócio; os sistemas de produção (familiar e patronal); a concentração fundiária; as relações de trabalho no campo; e, os movimentos sociais.

As imagens que ilustram os capítulos dos livros “A” e “C”, referidos no trabalho, passam a mensagem de que o campo é o espaço tão somente da produção e não da vida de muitas pessoas, o que pode colaborar para a perpetuação da ideia de inferioridade do modo de vida rural em relação ao urbano. No entanto, o livro “C” traz imagens das diversas “faces” do campo.

A pesquisa mostrou a necessidade de rever, questionar e, se for o caso, substituir as políticas educacionais que desprezam a realidade dos alunos em favor de uma educação que se pretende nacionalmente homogênea. É preciso construir uma educação voltada para o interesse social, a qual passa inevitavelmente pelo reconhecimento da diversidade brasileira.

É óbvio que os materiais didáticos sempre terão lacunas e priorizarão alguns temas, mas para a eficácia do ensino, é preciso que os livros didáticos sejam elaborados pensando a realidade do aluno. Diante disso, fica ainda mais evidente a importância da adoção de políticas educacionais descentralizadas, de formação de qualidade, inicial e continuada, para os professores, de incentivos para os docentes elaborarem material didático complementar, como redução de carga horária, enfim, de medidas que considerem o processo educacional no todo.

Referências

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1999.

_____. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2012: Geografia**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2011.

CALLAI, H. C. A Geografia e a escola: muda a geografia? muda o ensino? **Terra livre**. São Paulo, nº 16, 2001. p. 133-152

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ECO, H.; BONAZZI, M. **Mentiras que parecem verdades**. 8ed. São Paulo: Summus, 1980.

ELIAS, D. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: Silva, J. B.; Lima, L. C.; ELIAS, D. (Orgs). **Panorama da Geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006, (p. 221-238).

FARIA, A. L. G. **Ideologia no Livro Didático**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FERNANDES, B. M. Os desafios da geografia agrária para explicar as políticas de reforma agrária nos governos Cardoso e Lula. In: Silva, J. B.; Lima, L. C.; ELIAS, D. (orgs). **Panorama da Geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006, (p. 191-202)

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 5ª Ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 1997 a.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: Agricultura familiar, primeiros resultados. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/ess_test_folder/World_Census_Agriculture/Country_info_2010/Reports/BRA_BRA_REP_2006.pdf, acessado em jun/2011.

MAGNOLI, D. **Geografia para o ensino médio**. São Paulo: Atual, 2008.

MARCOS, V. Tempo de semear: novos caminhos para um novo campo no Brasil do século XXI. In: Silva, J. B.; Lima, L. C.; ELIAS, D. (orgs). **Panorama da Geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006, (p. 202-220).

MARTINS, J. S. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **O cativo da terra**. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Expropriação e Violência**. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MEDEIROS, L. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: MOTTA, M. (org). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, (p. 328-331).

MOREIRA, J. C.; SENE, E. **Geografia Geral e do Brasil**: espaço geográfico e globalização. São Paulo: Scipione, 2008.

MOTTA, M. Lei de Terras. In: _____(org). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (p. 279-280)

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

NOSELLA, M. L. C. D. **As belas mentiras**: a ideologia subjacente aos textos didáticos. 5ª ed. São Paulo: Moraes, 1981.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **O agronegócio X agricultura familiar e reforma agrária**. Brasília: Concrab, 2004.

_____. Geografia e Ensino: os parâmetros curriculares nacionais em discussão. In: CARLOS, A. F.; _____(org). **Reforma no mundo da Educação**: parâmetros curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999. (p. 43-67)

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Interthesis**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2004. (p. 1-55).

SILVA, Lenira R. da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2001.

TANDJIAN, J. O.; MENDES, I. L. **Geografia Geral e do Brasil**: estudos para a compreensão do espaço. São Paulo: FTD, 2005.

THOMAS JUNIOR, A. Estrutura fundiária. In: MOTA, M. (Org). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (p. 209)

TONINI, I. M. **Identidades Capturadas**: Gênero, geração e etnia na hierarquia dos livros didáticos de Geografia. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

VESENTINI, J.N. Educação e ensino de Geografia: instrumento de dominação e/ou libertação. In: CARLOS, A. F. A. et al (Org) **A Geografia na sala de aula**. 8ªed. São Paulo: Contexto, 2008.

Correspondência:

Maria Aline da Silva

E-mail: m_aline@ifce.edu.br

Geografia Ensino & Pesquisa, v. 17,
n.3, p. 91-106, set./dez. 2013.

Recebido em 03 de setembro de 2012.

Dialogando com o livro didático
de Geografia: análise do discurso
sobre a questão agrária...

Revisado pelo autor em 15 de maio de 2013.

Aceito para publicação em 30 de maio de 2013.